



Participantes: lista de presença em anexo

Assunto: 42ª Reunião do Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas (FMCBH)

Local: Plenário Copam/CERH – Belo Horizonte

Data: 09/12/2015
10/12/2015

Início: 09:00h
09:00h

Término: 19:00h
17:00h

ASSUNTOS TRATADOS

Dia 09/12/2015 – quarta-feira

Manhã

09h00min – Abertura – Coordenação do FMCBH; Luiz Sávio de Souza Cruz, Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Maria De Fátima Chagas Dias Coelho – Diretora-Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas.

09h15min – Aprovação da Ata da XL Reunião Ordinária do FMCBH;

09h45min – Apresentação do CBH Caratinga – Projeto Elaboração dos Planos Municipais de Saneamento

10h30min – Apresentação do FHIDRO – Revisão da legislação e situação atual dos Projetos – Maria de Lourdes Amaral Nascimento - IGAM

12h00min – Almoço.

Tarde

13h30min – Mesa redonda: Discussão sobre “Área de Restrição de Uso com vista a proteção de recursos hídricos e de ecossistema aquático, em especial as zonas de recargas de recursos dos aquíferos”. Mediador: Hideraldo Buch. Debatedores: Dr. Bergson Cardoso Guimarães – Promotor de Justiça da Coordenadoria Regional das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente da Bacia do Rio Grande; Breno Esteves Lasmar – Diretor de Gestão das Águas e Apoio aos Comitês – IGAM; Gustavo Mallaco - ANGÁ

15h00min – Acompanhamento do Pacto pelas Águas – Helvécio Miranda Magalhães Junior – Secretário de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais - SEPLAG

Dia 10/12/2015 – quinta-feira

Manhã

09h00min – Abertura – Coordenação do FMCBH.

09h15min – Palestra sobre o Fundo de Operações Financeiras – Dra. Ana Beatriz de Oliveira – Diretora do Departamento e Fomento e Desenvolvimento Sustentável e do Fundo Nacional de Meio Ambiente

10h15min – Informes IGAM – Licitação – Estruturação física e operacional dos CBHs; situação dos convênios para estruturação dos CBHs.

11h15min – Discussão do Projeto de Lei 2.496 – Dr. Carlos Eduardo Ferreira Pinto – Coordenador Núcleo Resolução de Conflito Ambiental e Coordenador Geral das Bacias Hidrográficas de Minas Gerais.

12h00min - Almoço

Tarde

13h30min – Espaço dos comitês, informes do Fórum Nacional de CBHs – ENCOB 2016

14h00min - Eleição do Coordenador (a) e Coordenador (a) Adjunto do FMCBH; eleição da Coordenação do FMCBH, apresentação de moções e encaminhamentos.

17h00min – Encerramento.

Dia 09/12/2015

Hideraldo Buch inicia a reunião agradecendo a presença de todos e propõe uma breve apresentação dos presentes. Em seguida, a Diretora Geral do Igam, Maria de Fátima, fala da importância dos encontros regulares do fórum mineiro e justifica ausência do Governador Fernando Pimentel que não se fez presente devido à agenda ocupada pelo desastre ocorrido na bacia hidrográfica do Rio Doce. Maria de Fátima esclarece que, no dia seguinte do desastre ocorrido no

Rio Doce, foi feito um planejamento de campo para monitoramento de qualidade da água que iniciou em 23/11/15, tendo em vista que antes só havia lama. Foram monitorados 12 pontos com 15 parâmetros de qualidade da água e as informações são repassadas regularmente para a ANA e o CPRM para articulações. Ressalta ainda que já estão sendo disponibilizados, no site do Igam, relatórios semanais e, quando solicitado, os laudos e planilhas contendo dados de monitoramento. Destaca que foram criadas pelo Governador duas forças tarefas para acompanhar: uma na questão de tecnologias alternativas à barragem de rejeitos e outra no sentido de recuperação social, econômica e ambiental da bacia. Felipe Benício (CBH Santo Antônio) informa que em reunião ocorrida com os comitês do Doce ficou definido que qualquer ação de recuperação da Bacia do Rio Doce deverá ser direcionada para a diretoria tomar as providências cabíveis. Carlos Eduardo (CBH Piranga) manifesta insatisfação pelo fato de nenhum presidente dos comitês afluentes do Doce ou do CBH Doce ter sido informado de força tarefa ou grupo de trabalho instituído. Agradece, em nome dos demais presidentes do CBH Doce, a ajuda do Marcus Polignano (CBH Rio das Velhas) que, juntamente com uma equipe da Universidade Federal de Minas Gerais e uma equipe da Globo, fizeram uma mini expedição principalmente nos locais que foram mais atingidos, fazendo coletas da lama e da água e terão o relatório das análises na próxima semana. Ronevon Huebra Huebra (CBH Caratinga) corrobora com a falta de Carlos Eduardo pelo fato dos comitês não terem sido convidados para participar das discussões e propõe que seja construída uma agenda comum para canalizar as ações de forma efetiva. Maria de Fátima esclarece que as forças tarefas são coordenadas atualmente pelo Secretário Tadeu da SEDRU e o grupo tem abertura para convidar outras pessoas à medida que forem identificadas; destaca ainda que o único comitê que oficiou e solicitou informações foi o CBH Suaçuí. Marcus Polignano (CBH Rio das Velhas) relata que o Rio Doce já passava por um processo de sofrimento absurdo e precisam de um grande plano de revitalização das bacias mineiras. Externou que o Governo deveria ter feito um gabinete de crise incluindo outros atores da União e dos Estados tendo em vista a enorme dimensão, não uma força tarefa e vê monitoramentos sem ações efetivas para, primeiramente, estagnar o processo. Maria de Fátima informa que pela primeira vez o Governo está tendo uma ação judicial conjunta (MG, ES e União) pelo esforço do advogado geral do Estado de MG, Onofre Alves, no sentido de não haver pulverização das ações judiciais. Em relação à emergência ambiental, entende que o Estado tem tido ações concretas e rápidas, inclusive com números; explicou ainda que a fiscalização das barragens de rejeitos, desde a Lei nº 12.334/2010, é de competência do DNPM, órgão que recebe os relatórios de segurança e classificam as barragens como alto dano, que possui comunidade a jusante. Rivelli (CBH Piranga) reforça a fala do Marcus Polignano destacando que o Governo ainda não teve nenhuma ação emergencial de contenção da lama e ainda há um alto número de barragens abandonadas por empresas que já foram desativadas sem levantamento; encerra sua fala dizendo que é necessário fazer uma radiografia geral do Estado. Senisi Rocha (CBH Manhuaçu) reconhece uma aproximação muito grande por parte do Igam, disposto a responder as questões levantadas, no entanto, surpreendeu com a postura, não só do Igam, mas do Governo do Estado e da ANA, de não incluir no primeiro momento os comitês nas discussões do ocorrido no Rio Doce. Esclarece que é inevitável os comitês participarem desse processo; salienta que já foi desenvolvido um trabalho árduo de elaboração de planos de trabalho, planos de revitalização e não precisam fazer esse exercício novamente. Iusifith Chafith (CBH Piracicaba) relata que o sentimento que fica é que o CBH tem servido somente para discursos e quem está no comando é a própria empresa que faz o que quer. Roberto Nogueira (CBH Pará) dirige a palavra à Diretora Geral do Igam relatando que desde o mês de junho do ano passado o DNPM retirou sua representação por falta de recurso no COPAM Alto São Francisco e o Estado não cobriu esse fato nem cobrou do Governo Federal. Destaca também que, desde a mesma época, o CBH Pará encontra-se parado e, apesar dos instrumentos de gestão implantados e esforços para o processo de cobrança pelo uso da água, aguardam assinatura do contrato de gestão. Gustavo Malacco (CBH Alto Paranaíba) declara que o sentimento é de desmonte do arcabouço ambiental; propõe que os recursos financeiros para recuperação do Doce sejam canalizados em um fundo com transparência e faz duas propostas: que os comitês façam a gestão desse recurso, com metas, cronogramas; a segunda proposta, que os comitês tenham coragem na outorga de não acatar as barragens de rejeitos no modelo atual; concorda que precisam da mineração, mas não dessa forma. Gustavo declara ainda que todo o dinheiro que a empresa irá pagar poderia ter sido investido em barragens com tecnologias melhores e evitado todo o desastre. Antônio Eustáquio (CBH Paracatu) reforça a fala do Gustavo, Chafith, Polignano e propõe que seja elaborado algum documento a respeito da valorização e atuação dos comitês; sugere ainda que seja elaborado um novo Pacto pelas águas, porque o momento que se está vivendo é outro. Marcus Polignano (CBH Rio das Velhas) diz ser solidário com as manifestações de indignação e entende ser uma loucura o Estado licenciar, DNPM fiscalizar em Brasília e o resultado ser um dano ambiental em que o Igam é cobrado; propõe que o Igam convoque os comitês afluentes do Doce para uma reunião com objetivo unificar os discursos. Polignano aproveita a fala para denunciar o fato do FHIDRO, em sua última reunião, tentar aprovar um projeto de 5 milhões do Sebastião Salgado para o Rio Doce e ter outra reunião programada para o projeto ser aprovado "guela a baixo"; afirma que se o projeto em referência for aprovado, a sociedade tomará conhecimento e propõe que os comitês se fortaleçam em torno do Igam para juntos construírem uma proposta que os façam sair do marasmo. Ronevon Huebra (CBH Caratinga) deixa registrado que nos últimos 5 anos o CBH Manhuaçu enviou vários projetos para o FHIDRO que foram aprovados pelos comitês incluindo um do Sebastião Salgado, do Instituto Terra e somente esse teria sido aprovado. Wilson Acácio (CBH Caratinga) declara que quem pode recuperar as nascentes são as bases - os comitês - e registra o trabalho sério que o IEF faz no CBH Caratinga e outros; propõe que tenha uma verba específica do FHIDRO para trabalhar a recuperação das nascentes do Rio Doce com parcerias com instituições sérias, com universidades. Ricardo (CBH Baixo Rio Grande),

propostas de estruturação; propõe que o FHIDRO também contemple pagamentos por serviços ambientais, algo já feito pela ANA. Buch destaca que esteve na reunião em Governador Valadares e destaca positivamente o papel dos comitês do Doce, numa posição firme; esclarece que a coordenação do FMCBH fez manifestos com a contribuição de vários comitês: 2 manifestos de solidariedade a população destinados respectivamente para o prefeito de Mariana e presidente da Câmara e 1 manifesto de indignação com relação à fiscalização tanto do DNPM quanto do Estado que foi encaminhado para o Secretário de Meio Ambiente, Presidente da Comissão das Águas e Ministério Público. Aproveita a oportunidade para falar que foi feita uma moção em relação à PL 2946 também em busca de entendimento. Alice Godinho (CBH Mucuri) parabeniza os membros dos comitês afluentes do Doce e reforça a necessidade da esperança e otimismo. Maria de Fátima destaca que em nenhum momento o Igam se furta dizendo que não faz parte desse processo, tanto faz parte que está nessa reunião como porta voz, ouvindo e anotando demandas para serem definidas posteriormente; diz que se entristece ouvindo comitês falando em parar e se sente valorizada no papel de porta voz dos comitês diante dos questionamentos e dos conflitos, pois é um papel relevante e de confiança. Em resposta ao Roberto Nogueira (CBH Pará), Maria de Fátima diz que algumas colocações feitas lhe causam espanto, pois de março até o momento se reuniu com a presidente do comitê e a ABG Peixe Vivo na busca de resolver essa questão pelo menos quatro vezes, fora as reuniões feitas com o Chefe de Gabinete do Igam. No que diz respeito ao contrato de gestão procurou o conselho fiscal da AGB Peixe Vivo pedindo voto de confiança para assinatura, pois estavam resistentes, tendo em vista que possuem prestações de contas desde 2011 para serem analisadas; posteriormente, já mandaram a minuta que está sendo estudada. Maria de Fátima acata a proposta de reunião com os CBHs mineiros do Doce e propõe que sua realização seja, se possível, já na próxima semana; no que se refere as questões do FHIDRO esclarece que não tem somente o edital, mas também recebe demandas espontâneas que passa por todo o processo. Os projetos vão para o grupo coordenador como forma de proposta e ninguém quis por nada "guelo abaixo". Reconhece que o FHIDRO tem que ser revisto iniciando por sua legislação, porém é uma pauta que ainda não conseguiu trabalhar devido outros assuntos prioritários como, por exemplo, a crise hídrica e CBHs sem recursos. Tonhão complementa dizendo que enquanto não reformular o FHIDRO, seu cadastro estadual, editais, funcionamento e a organização do conselho que vai gerir o fundo, nunca vai funcionar. Dando continuidade no próximo ponto de pauta, esclarece que até o momento ainda não recebeu as minutas de atas das reuniões do FMCBH realizadas em Unai, Manhauçu e do Encob. Sendo assim, essas atas serão aprovadas na próxima reunião. O próximo ponto de pauta foi a apresentação do Projeto de Elaboração dos Planos Municipais de Saneamento pelo Sr. Alessandro Loreto e Leopoldo Loreto, ambos da Fundação Educacional de Caratinga que venceu uma licitação para elaborar 73 planos contemplando municípios dos CBHs Caratinga, São Antônio e Suaçuí. Alessandro apresenta a interface do sistema que está sendo desenvolvido com indicadores de desempenho dos PMSB's gerando relatórios de acordo com as atualizações obtidas e cadastradas no sistema. Leopoldo esclarece que se trata de uma ferramenta de domínio público que permite acompanhar o andamento do desenvolvimento dos planos. Apresentaram ainda que foi feito um convênio entre a Universidade Federal de Viçosa e a Fundação Educacional de Caratinga, com parceria dos CBHs já mencionados e a IBIO, que construíram um índice multidimensional de saneamento básico (IMSB) que permite identificar as privações de saneamento dos 73 municípios contemplados. Buch agrade a apresentação, abre para o debate e, após discussões, encerra a parte da manhã.

O período da tarde inicia com uma mesa redonda composta pelo Breno Lasmar(IGAM), Dr. Bergson(Ministério Público) e Gustavo Mallaco(sociedade civil) sobre "Área de Restrição de uso com vista a proteção de recursos hídricos e de ecossistema aquático, em especial as zonas de recargas de recursos dos aquíferos". Bergson inicia sua apresentação abordando questões legais da temática e o excesso de legislações, muitas vezes com poucas diretrizes técnicas de implementação. No que diz respeito às áreas com restrições de uso, destaca que o Igam elabora um termo de referência para as consultorias contratadas cumprirem e que, cabe aos comitês aprovarem os planos diretores e acompanhar sua execução. Destaca a importância de uma avaliação estratégica para PCHs e necessidade de áreas de restrição de uso para ocupação, uso econômico e a questão da monocultura de eucaliptos. Sugere que para avançar é necessário buscar conhecimento técnico, conhecer realidades locais, chamar a sociedade para dentro dos comitês e, para assim, poder vivenciar um novo costume, nova ética ambiental. Dando continuidade, Breno Lasmar agrade a proposta de debater o assunto no âmbito do FMCBH. A apresentação foi feita pelo servidor Allan, da Gerência de Planos e Enquadramentos. Informa que foi elaborada uma nota técnica com base no Plano Estadual de Recursos Hídricos mais 28 Planos de Bacias Hidrográficas com a finalidade de averiguar atendimentos dos dispositivos legais referente ao conteúdo mínimo dos planos diretores em relação ao que estabelece sobre área de restrição de uso. Indica as legislações da temática e demonstra que as mesmas apontam três termos diferenciados sem um comportamento linear na definição, sendo: 1) propostas para a criação de áreas sujeitas à restrição de uso; 2) identificar as áreas sujeitas à restrição de uso; e 3) apresentar estudos que vão indicar as áreas sujeitas à restrição de uso. Apresenta como esse tema foi tratado nos Planos de Bacias já concluídos e deixa à disposição a nota técnica que possui um maior detalhamento do levantamento ora apresentado. Por último, Gustavo Malacco ressalta a importância do tema que tem sido tratado atualmente no âmbito do CBH Paranaíba e CBH do Baixo Paranaíba na elaboração do plano. Esclarece que algumas entidades do setor produtivo, setor econômico, principalmente o elétrico, tem agido para retirar essa questão do plano. Informa que a nota técnica elaborada pelo IGAM simplesmente faz um levantamento do que já foi feito e aguarda uma nota jurídica para pacificar essa questão, ou, caso contrário o caminho é a judicialização. Expõe a

ue uso para saber o que realmente será abordado. Cita que num seminário realizado no município de Uberlândia, no âmbito do CBH Araguari, dois especialistas nessa temática falaram a respeito das metodologias e critérios que podem ser trabalhados. Destaca que não houve participação do IGAM no evento apesar de ter sido convidado. Buch abre o debate para plenária. Os participantes Marco Túlio (CBH do Baixo Rio Grande), Antônio Giacominni (CBH Araguari), Antônio Eustáquio (CBH Paracatu), Itair Júnior (CBH do Entorno da Represa de Três Marias), Marcelo Gouveia (CBH do Baixo Paranaíba, Ricardo (CBH do Baixo Rio Grande), Ronevon Huebra (CBH Caratinga) tecerem comentários e os debatedores pronunciaram suas considerações. Breno destaca que essa matéria retornará à CTPlan do CERH para discutirem uma minuta de deliberação normativa que traga critérios e diretrizes para o conteúdo mínimo para elaboração dos planos. Buch encerra o debate e em seguida convida o Secretário de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais, Helvécio Miranda Magalhães e a Diretora Geral do Igam, Maria de Fátima, para comporem a mesa. Helvécio solicita à plenária espaço para Cléber Maia apresentar o programa transversal de Governo "Plantando o Futuro" - operacionalmente coordenado pela Codemig. Cléber faz a apresentação do Programa, abre para fala dos presentes que, após elogios, sugestões e críticas, solicitam um workshop para conhecerem melhor o programa e terem mais tempo para contribuírem. Helvécio faz suas considerações finais sobre o programa Plantando o Futuro. Fica encaminhado a realização do workshop para 20 de janeiro de 2016 ou assim que for possível, tendo em vista encerramento financeiro do exercício. Buch entrega ao Secretário Helvécio o manifesto do FMCBH sobre o Projeto de Lei 2946 que também foi entregue ao Secretário Sávio, ao Presidente da Comissão das Águas e ao Presidente da Comissão do Meio Ambiente. Dando início à apresentação do Pacto das Águas, Maria de Fátima esclarece que muitos pontos já estão sendo discutidos junto ao FMCBH. Breno (Igam) apresenta planilha com os compromissos que foram firmados com as respectivas ações que estão sendo adotadas. Feita as colocações, Buch abre a palavra para o debate. Emanuele Mares (CBH do Médio Baixo Jequitinhonha), Wilson Acácio (CBH Caratinga), Ronevon Huebra (CBH Caratinga), Gustavo Gazinele (Fonasc), Gustavo Malacco (CBH Alto Paranaíba), Antônio Eustáquio (CBH Paracatu), Marcus Polignano (CBH Rio das Velhas), Iusifith Chafith (CBH Piracicaba) tecem seus comentários e fazem pergunta aos membros que compõe a mesa. Helvécio esclarece que devido ao horário avançado não tem condições para responder todas as perguntas, no entanto faz um levantamento geral das questões levantadas. Maria de Fátima profere os comentários finais e agradece a participação da Seplag, dizendo ser muito salutar esses diálogos. Buch agradece a presença de todos e finaliza a reunião do primeiro dia.

Dia 10/12/2015

Hideraldo Buch inicia a reunião e justifica a ausência de Ana Beatriz de Oliveira, Diretoria do Departamento de Fomento ao Desenvolvimento Sustentável e do Fundo Nacional de Meio Ambiente, do Ministério do Meio Ambiente, que seria a primeira palestrante da manhã. Na sequência passa a palavra para a coordenadora da Secretaria Executiva do Fhidro (Sefhidro/Igam), Maria de Lourdes Amaral Nascimento, que expõe as dificuldades enfrentadas na execução do Fundo, em função de problemas na legislação, e apresenta proposta de alteração em sua base normativa. No debate, os presentes reconhecem a qualidade da equipe técnica da Sefhidro, a necessidade de alteração na legislação e de maior eficiência na execução do Fundo, e apresentam sugestões. Questionado sobre a disponibilidade dos recursos do Fundo por Wilson Acácio (CBH Caratinga), Breno Lasmar explica que o crédito autorizado para este ano de R\$47 milhões está totalmente disponível para execução e, em relação a 2015, o percentual de execução até agora foi de 73%. Sobre o saldo de R\$400 milhões, soma dos anos anteriores, questionado por Acácio, Lasmar esclarece que a única declaração de superávit que a Secretaria de Estado da Fazenda informou foi de cerca de R\$ 1,9 milhão, referente ao montante repassado de 2014 para 2015. Ele explica que o entendimento que os gestores anteriores praticavam era de zerar o saldo orçamentário do Fundo ao final de cada exercício financeiro. Lasmar entende que há uma sinalização por parte do governo atual de que o saldo do Fundo, ao término de um exercício, não irá zerar, mas gerar recurso para o exercício posterior. Juliana Aquino (CBH Pomba e Muriaé) questiona sobre o destino do recurso que não foi utilizado nos anos anteriores e, retomando as discussões e contribuições ao projeto de lei do Fhidro, solicita ao Igam o cronograma previsto para o processo de elaboração e envio do referido projeto à Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Gustavo Malacco (CBH Alto Paranaíba) sugere, como encaminhamento, uma reunião com representantes do Fórum, do Governo Pimentel, da Sefhidro, do jurídico e da Diretoria-geral do Igam para discutir os projetos em andamento. Ele também ressalta a importância de disciplinar o recebimento de projetos do Fundo por demanda espontânea e reclama que obteve duas orientações diferentes do Igam sobre a possibilidade de submeter projetos no Fhidro nesta categoria, atualmente. Antônio Eustáquio (CBH Paracatu) sugere que seja realizado um workshop específico sobre o Fhidro com vários atores e a presença do secretário Helvécio. Alice Godinho (CBH Mucuri) propõe que o Igam crie uma lista de pessoas especializadas em elaboração de projeto para prestar apoio aos proponentes. Após discussões fica aprovada a proposta do Gustavo Malacco de realização de reunião com representantes do governo para discutir o Fhidro. Fica acordado que os membros dos comitês de bacias enviarão as suas contribuições referentes a matéria ao coordenador do FMCBH, que fica responsável pela compilação e compartilhamento das contribuições para os colaboradores, a coordenação do Fórum e o Igam. Marcus Vinícius Polignano (CBH Rio das Velhas) sugere que os membros pontuem as questões de forma temática, separando as dificuldades relativas à operacionalização do Fundo e as propostas e as sugestões para a proposta de lei. Ele se compromete com a transcrição e socialização das discussões da reunião sobre este tema, com os demais comitês. Fica

reunião. Sobre o uso de recursos do Fhidro para recuperação da bacia do Doce, Gustavo Malacco (CBH Alto Paranaíba) se posiciona contrário à criação de linha especial no Fundo para recuperação da bacia do rio Doce, em função dos danos causados pelo rompimento da barragem da Samarco, e propõe ao Fórum um posicionamento contrário à utilização de recursos Fhidro para este fim, a não ser que seja com recursos da mineradora. Wilson Acácio esclarece que a sua proposta não é de utilizar os recursos do Fundo para recuperar os danos causados pelo rompimento da barragem da Samarco, mas de aproveitar este momento e discutir com o Igam as possibilidades de investimentos na região, inclusive, em trabalhos de educação ambiental e conscientização. Breno Lasmar sugere que essa discussão seja levada para a reunião entre o Igam e os presidentes dos comitês mineiros da bacia hidrográfica do rio Doce, que está pré-agendada para discutir ações e pontos estratégicos para revitalização da bacia. Ele orienta que os presidentes avaliem os planos de recursos hídricos, estabeleçam prioridades, elenquem as metas principais a serem alcançadas, levem para esta reunião, apontando quais são as ações, os pontos e as estratégias de atuação para a revitalização da bacia do rio Doce. Ressalta que com base nessas informações, o Igam terá que atuar junto às secretarias e aos demais órgãos estaduais e federais para viabilizar as ações necessárias, seja com recursos do Fhidro, de multas, de investimentos, de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), dentre outras. A proposta foi aprovada pelo plenário. Nas considerações finais, Maria de Lourdes esclarece que a demanda espontânea ainda não é regulamentada, mas há possibilidade de apresentar projetos ao Fundo nesta categoria. Ressalta que o Instituto Terra apresentou ao Fhidro um programa de revitalização para bacia hidrográfica do rio Manhuaçu, por demanda espontânea, como qualquer entidade passível de ser beneficiada com recursos do Fundo, e deverá seguir todas as normas e prazos do edital. Ela informa que o Instituto Terra ainda não apresentou o projeto e, caso presente, será feito parecer técnico e será encaminhado ao grupo coordenador do Fhidro, podendo ser aprovado ou não. Destaca que as discussões e contribuições serão consideradas e que na próxima reunião será possível discutir mais este tema. Buch sugere inversão de pauta, antecipando a discussão do Projeto de Lei 2.496 e deixando os Informes do Igam para o período da tarde. A proposta é aprovada pela plenária. Assim, Maria Teresa Corujo (Teca) e Polignano, que participam da Frente Ampla contra o PL 2.946, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, apresentam um relato do processo de discussão do Projeto de Lei (PL) na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) e o seu conteúdo, destacando os pontos que consideram extremamente grave para Minas Gerais. Maria Teresa enfatiza que a sociedade civil foi boicotada em sua possibilidade de participar do processo, que tramitou em regime de urgência na ALMG, a pedido do governador de Minas Gerais, e que a Frente segue agora contra a Lei, sequencia do PL. Ela convida os membros do FMCBH a participarem de uma reunião na sede do Projeto Manuelzão, no dia 11/12, às 17h, para decidir os próximos passos da Frente diante da perspectiva da nova lei e fala de uma ideia que está surgindo de realizar projeto de iniciativa popular sobre o tema. Polignano também lamenta que o Estado tenha perdido a oportunidade única de debater essa reformulação com a sociedade, que queria discutir um projeto de gestão ambiental para o Estado, mas não em regime de urgência. Após debates, Buch ressalta que a Frente Ampla contra o PL 2.946 pode contar com o apoio do FMCBH, encerrando a parte da manhã.

No período da tarde, Buch retoma a reunião solicitando inversão de pauta, que foi aprovada pelos presentes. É proferida homenagem a Alice Godinho do CBH Mucuri como coordenadora honorária do FMCBH, sendo que a placa será entregue na primeira reunião de 2016. Na sequencia tem início a eleição para a composição do colegiado coordenador do Fórum, com mandato 2016-2017. É apresentada uma chapa única, com a seguinte composição: **Coordenador Geral:** Hideraldo Buch – CBH Afluentes Mineiros do Baixo Rio Grande; **Coordenador Adjunto:** Marcus Vinicius Polignano do CBH Rio das Velhas; **Coordenadores do Colegiado Coordenador:** Antônio Eustáquio Vieira – Tonhão (São Francisco); Luiz Garcia (São Mateus); Gustavo Malacco (Paranaíba); Felipe Benício Pedro – Felipão (Doce); Alice Godinho (Mucuri); Emanuele Mares Oliveira (Jequitinhonha); João Luiz Magalhães Teixeira (Grande). Buch solicita que registre em ata que está acordado que em 2017 a função de coordenador geral será exercida por Polignano e de coordenador adjunto, por Hideraldo Buch. Polignano expõe, antes da votação, suas propostas para o FMCBH, como a criação de uma estrutura física e de uma secretaria executiva, com o objetivo de melhor instrumentalizar as ações do Fórum, e coloca o CBH Velhas à disposição. Propõe a redução dos encontros para quatro reuniões anuais, mas com maior densidade programática. Sugere a realização de um encontro de comitês de bacias em março, em comemoração ao Dia Mundial da Água (22 de março). Após a discussão em plenária, é eleita a chapa única, por unanimidade, e aprovada, como encaminhamento, a retomada da discussão sobre aprovação de um regimento interno do FMCBH. Fica acordado que o Igam irá disponibilizar uma minuta de regimento interno, elaborada por uma comissão criada em 2014, no âmbito do FMCBH, para conhecimento e contribuições dos membros de comitês e a sua aprovação será pautada para a próxima reunião do Fórum. Também é aprovado o evento da Semana da Água, em Belo Horizonte, com a participação de todos os comitês de bacias estaduais. Na sequencia foram eleitos os representantes do Estado de Minas Gerais para o Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, sendo que 2016 serão: Felipe Benício Pedro – Felipão (CBH Santo Antônio); Maurício Scalon (CBH Rio Araguari) e o Coordenador Geral Hideraldo Buch (CBH Baixo Rio Grande). Em 2017, Antônio Eustáquio Vieira – Tonhão (São Francisco/Paranaíba); Emanuele Mares Oliveira (Jequitinhonha) e o Marcus Polignano (CBH Velha), como coordenador geral. Na sequencia é aprovado calendário do primeiro semestre, com as datas e locais sugeridos. Fica acordado que o calendário do segundo semestre será definido na primeira reunião do FMCBH em 2016.

Aprovação do calendário de reuniões de 2016

CALENDARIO DAS REUNIÕES DO FMCBH/2016

DATA	SEMANA	LOCAL
02 e 03/03/2016	quarta e quinta feira	Belo Horizonte - MG
04 e 05/05/2016	quarta e quinta feira	Belo Horizonte - MG
03 a 08/07/2016	Encob	Salvador - BA

Subjeito a alterações se assim a Coordenação e a plenária julgarem necessário.

Breno Lasmar apresenta as informações sobre a contratação de empresa que prestará serviço de estruturação física e operacional aos comitês, por meio dos recursos de até 7,5% do Fhidro. Breno explica que a contratação será feita de forma regionalizada, em quatro lotes (licitações), e será destinado cerca de R\$ 180mil para cada comitê que tem direito ao recurso para locação da sede, contratação de pessoal, estruturação (mobiliário e equipamentos necessários para estruturar os CBH's), serviços de correios, lanche para reuniões, Comunicação, pagamento de despesas com viagens e serviços de telefonia e internet. Após questionamentos e esclarecimento das dúvidas, a gerente de Apoio aos Comitês de Bacias Hidrográficas (GECBH/Igam), Januária da Fonseca Malaquias, apresenta a situação dos convênios firmados entre a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) e entidades convenientes indicadas pelos respectivos comitês para gerenciamento dos recursos de até 7,5% do Fhidro e ressalta que as informações estão disponíveis no Portal da Transparência do Governo de Minas. Após esclarecimentos, passa-se para a aprovação de moções. São aprovadas as moções de aplauso ao trabalho dos Bombeiros Militares e Cíveis de Minas Gerais que atuaram no desastre ambiental da Samarco e de repúdio diante da catástrofe causada pelo rompimento das barragens Santarém e Fundão, no dia 05/12/2015, elaboradas pelo Instituto de Autodesenvolvimento (IAD). Marco Túlio do Comitê dos Afluentes Mineiros do Baixo Rio Grande se abstém na votação da moção de repúdio.

